

MONTEIRO LOBATO E SUA ÉPOCA

Nelson Palma Travassos

Minhas memórias dos Monteiros Lobatos.
São Paulo, EDART, 1964, p. 13-61

O aparecimento literário de Monteiro Lobato em 1918, com a publicação do livro *Urupês*, deve valer como o início de nova era cultural, social e econômica do Brasil.

À primeira vista tal assertiva pode parecer excesso descalibrado de admiração biográfica. Mas para os que viviam então e já participavam, ou começavam a participar, da vida daquele tempo, é fácil compreender as razões nas quais nos escudamos.

Aquele livro de contos causou espanto. E toda gente sentiu que havia um outro modo de encarar a vida e analisá-la, com uma irreverência audazmente controlada, desconhecida então, quando a oposição crítica descia à verrina injuriosa do periódico *O Parafuso*, ou demorava nos páramos educados de uma linguagem literária acima do nível cultural do vulgo. Estávamos a pouco mais de uma vintena de anos do Império, vivendo a sociedade e as letras ainda à sombra daqueles austeros tempos, onde, quando mais não fosse, salvar as aparências significava grande mérito social. A compostura era a sobrecasaca da educação: esta encobria os defeitos físicos, aquela dava estética aos morais.

É sabido que o traço característico da nossa vida monárquica foi o provincianismo. O segundo imperador detestava o romântico. Era um modelo de

noção do dever cumprido. A figura galharda, estróina, intempestiva, inteligente e inculta, do primeiro imperador, única flor colorida, viva, na melancólica história nacional, gerava o oposto na pessoa de D. Pedro II — sábio por convicção e aclamação, mas professor de moral por virtude. Todo o melhor que se possa dizer deste “austero neto de Marco Aurélio” é que era um homem honesto, cheio de boas intenções, que procurava na leitura uma fuga da maçada de ser rei, e o convívio das pessoas cultas pelo desejo de parecer sábio.

Toda a preocupação do segundo imperante foi, pelo contraste de maneiras, enterrar a lembrança incômoda dos desregramentos de seu pai. E hoje, a História, no seu julgamento, empresta a ambos o valor que tiveram, dedicando maior simpatia, porém, àquele moço que, com a naturalidade impulsiva do seu temperamento, deu ao nosso passado incolor um traço de vivência humana romântica.

É muito difícil ser rei, porque é muito difícil ser natural. E todo homem, erguido num pedestal, transforma o futuro num espelho, onde ele procura refletir a imagem daquilo que pretende parecer. O primeiro imperador foi apenas humano. Suas paixões não o impediram tornar-se herói. E se todos compreendem o enleio amoroso de Pedro I e Domitila de Castro, jovens e ardentes, necessitamos inventar desculpas para a senhora Marquesa do Barral e seu amado imperador sexagenário, que surgem, das crônicas pátrias, como flores murchas de um ramalhete a se desfazer de velho. Ambos representam a imagem da frustração.

E foi esta virtude hierática ensinada nos colégios das freiras às futuras matriarcas, que deu nascença à formação daquele tipo de homem sério, cordial, paramentado, comedido, excessivamente vestido física e intelectualmente. Eram indivíduos parnasianos. Todos deviam aparentar um ar superior que a educação controlava com vivas pinceladas de aparência modesta. Toda gente devia imitar o Imperador na sua maneira exterior de ser — bonachona e altiva, simples e distante, aparatosa e discreta — tudo feito mais de habilidade íntima do que de sentir real.

As damas deveriam ser rainhas nas atitudes clássicas — altivas como rainhas, bondosas e meigas à imitação das santas da Igreja. E as sabidas mulheres conjugavam estes contrários e os inculciam aos homens. E nada mais meigo do que uma ostentosa senhora daqueles tempos. E nada mais orgulhoso do que um bondoso e simples senhor de então. Tinham, para tudo e para todos, leve sorriso de acolhimento, que elevava e isolava.

Esta amaneirada etiqueta dos salões imperiais passou, sob a égide da República, a ser traço de bom-tom, prova de herdados encantos do passado, por-

que, na nossa inculcada República, ninguém, a não ser os positivistas, desejou abdicar do seu brasão de heráldica.

E mesmo os positivistas constituíram casta de nobreza — a nobreza da virtude, que exibiam à plebe com alarde austero.

Por aqueles tempos ainda circunvagavam, vivos e atuantes, pelos salões sociais, muitos remanescentes aristocráticos da era imperial. Principalmente senhoras, que, por uma detestável fatalidade histórica, costumam sempre sobreviver aos maridos. Estas marquesas, baronesas, condessas, abrilhantavam festas, davam importância às reuniões, patrocinavam quermesses caritativas, e eram motivo de guloso orgulho plebeu:

— Moro vizinho ao palácio da Baronesa do Alcoforado.

— O senhor Barão do Açude — aliás muito meu amigo. . .

Para se indicar a vantajosa qualidade de um casamento, bastava que se dissesse:

— A noiva é filha da baronesa!

E por mais que a República procurasse republicanizar, com o avançar dos tempos o valor desta importância nobiliárquica se projetava no espaço, chegando a ser motivo de orgulho familiar o conúbio com a neta ou o bisneto da baronesa.

A nova ordem política não aboliu a etiqueta social do Império. Elevou todo cidadão, porém, ao nível de elite. Ninguém se julgou homem comum, mas todos se sentiram nobres. E sob o calor do trópico a imposição rígida dos princípios imperiais sem Corte cedeu lugar ao amolecimento piegas e fácil da familiaridade romântica. E a sociedade desceu do mote à modinha. E aqueles namoros recatados, aprovados ou não pelos interesses paternos dentro dos circunlóquios do regramento social de portas adentro, vieram para o "amoralismo" das seçõeszinhas frívolas do jornalismo mundano. E não houve revista social, que não mantivesse a sua "colaboração dos leitores", produto típico do provincianismo, que confundia simplismo com virtude igualitária.

E assim temos, em 1918, o remanescente da era imperial condenando, com um sorriso, a ação social da burguesia que com ela se emparelhava nos bailes do "Trianon" ou nos hotéis das estações de águas.

E nesse ano de 1918 A Cigarra, o maior semanário lítero-social de São Paulo, abria seus números com aquela seção "colaboração dos leitores", onde transcrevia as cartas que lhe enviavam. Publicava também, a modo de introdução, um artigo de fundo, que teríamos hoje como modelo de parlapatice. O do número 83 começava assim: "adormeci como sempre, após longa vigília, o rosto entre as mãos, sumido na alvura dos lençóis, a mortalha que envolvia o meu ser, combatido pelas fatalidades da minha triste sina". E vai por aí afora num amontoado de parvoíces até as leitoras e as suas cartas:

"Adorável cigarrinha:

És muito boazinha e por isto estou certa de que publicarás esta listinha em tuas apreciadas páginas. Eis o que tenho notado entre as minhas conterrâneas: a tristeza de Nenén; o desembaraço da Carmita; a boquinha de Mariquinha; a sinceridade da Corina; a bondade da Noêmia; a aflição do Juta (por que será?); o contentamento de Nêquinha, afirmando que não há nada melhor que um baile, principalmente dançando com. . . Alecrim, julgando-se conquistador, mas. . . sempre levando o fora: Darlinho, muito tristonho, porque, segundo dizem. . . Damião uma gracinha. Da amiguinha e assídua leitora

Devota de Santo Antônio".

Esta era uma seção de abertura da maior e melhor revista mundana, de inegável prestígio, publicada na maior e mais cosmopolita capital de Estado do país. Retratava bem uma época de restrição mental. É verdade que os nossos jornais ainda consignam as chamadas seções sociais. Não se destinam elas porém senão à exibição ingênua de riqueza doméstica das Madames Xizes que vêm ou vão para a orla, ou entram ou saem da órbita, sem contar as que partem para além do arco-íris, ou acendem ou apagam velinhas. Isto é uma questão de novorichismo que sempre existiu em todas as épocas, ao passo que as "cartas das leitoras" d' A Cigarra representavam estado emocional de uma elite diretora em formação.

E o mais curioso é que, não obstante aquele provincianismo, já possuíamos escritores com linguagem moderna. Principalmente no jornalismo existiam modelos de prosa bem estruturada, embora a influência barroca da época imperial ainda dominasse a redação dos homens cultos. É de se notar porém, que a linguagem desprovida do atavio, longe do gongorismo, é muito mais possível hoje do que antigamente. E isto porque, com o avanço da ciência e a proliferação de problemas novos, há muito mais o que se dizer, ao passo que então, a maioria daquilo a que se dava o nome de cultura não passava do manejo dos flo-reios retóricos.

Aos estudantes de literatura, se recomendava o estudo literário das obras de Francisco de Castro. Quem seria este cidadão? Poeta? Romancista? Cronista? Contista? Gramático?

Não. Nada disso. Era professor catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e o seu livro, cuja leitura se aconselhava aos jovens candidatos às glórias literárias, intitulava-se: *Tratado de Clínica Propedêutica*, obra elogiada e recomendada sabem por quem? Por Rui Barbosa.

E como escrevia esta notabilidade de propedêutica literária? Assim:

"Na cura das moléstias e no tractamento dos doentes devem resolver-se a aspiração e o mister da arte clínica. Debrucemo-nos, porém, um pouco, à beira desta opinião comum, e perceberemos sem custo, no fundo della, atravez do absoluto da sua fórmula, o rumor dos factos discordantes, tão expressivos e numerosos que lhe impõem justas reservas, desvendando o que ella occulta de convencional. Em medicina, verdades de convenção temol-as quasi sem conta.

Nem todos os casos mórbidos devem ser tractados; cumpre, pelo contrário, respeitar certas espécies. Destas occupam a primeira plana as moléstias que tendem naturalmente à cura, das quaes o doente escapa, independente do médico. Razões teve bem sufficientes Virchow, quando, vae para mais de quatro décadas, poz em vivo destaque o officio dos nossos processos vitaes physiológicos, elementos equilibradores intrínsecos, ou actividades automáticas immanentes nos orgams, cujo papel é reprimir, dentro de certo limite, a influência dos agentes morbígenos. Quando, porém, a medida desse limite se exaggera, os meios reguladores intra-orgânicos ou offerecem ampliações correlativas no seu índice funcional, e a saúde se mantém, ou tornam-se insufficientes, isto é, aquém das exigências da nova ordem de cousas, e então cessa o tráfego normal entre o organismo, que ficou o mesmo, e o meio que se alterou; rompe-se a cadeia da adaptação; nasce a moléstia". (*Tractado de Clínica Propedêutica*", de Francisco de Castro, págs. 1 e 2).

Era moda, era de bom-tom, de bom gosto escrever assim. Esta maneira de redigir assentava com o tipo ornamental do autor. Adivinhã-se um homem altamente convicto da sua importância, que podia se dar ao luxo de ser gentil, uma gentileza muito de cima, muito do alto, tresandando à nobiliarquia monárquica, de uma importante modéstia imperial, porém, procurando já amparo na indumentária, no traço exterior, enroupado em trajes ricos, abundantes, em consonância com a florística do seu estilo literário. Usava sapato de abotoar de lado, de cano alto, a duas cores: de verniz preto e camurça cinza. Para abotoá-lo ou

desabotoá-lo trazia no bolso do colete um aparelhinho chato de metal em forma de gancho escamoteável para dentro do arco do cabo. Ceroula comprida de malha; meias de seda, de cano alto, preta, com bagueite em cores, esticadas por elásticos que se prendiam por cima da ceroula, acima da barriga da perna; camiseta também de malha, de meia manga; camisa de linho de punho e peito engomados; colarinho postiço, duro e reluzente de goma; roupa grossa e escura, de casimira inglesa, com paletó superabotoado sobre colete, e gola fechada, com debruns de seda. Gravata ou *plastron* — que era uma cataplasma de sedas ricas, formando pregas, aninhando uma pérola. É claro que usava chapéu gelô ou *melon* e bengala, trazendo, ainda, para cerimônias, as mãos enluvadas em couro de porco. Este cidadão, há cinco anos anteriores àquele 1918, ainda se enfiotava numa sobrecasaca sob o calor tórrido do Rio de Janeiro.

— E como era possível agüentar tal indumentária?

— É difícil de se compreender nesta época sem paletó e de camisa esporte. Mas, também, ou por isso, escreviam daquele jeito.

A cultura se generalizava num fenômeno a que se poderia chamar de bacharelismo, ou seja, a tintura humanística presidindo a todos os ramos da ciência. Estudava-se retórica, e era de bom cunho científico ser forte em latim. E bacharéis, isto é, homens preocupados com o ecletismo humanístico, eram todos os que se intitulavam cultos. Tudo eram letras. Os médicos, acima dos seus conhecimentos técnicos, vangloriavam-se das suas sabenças gregas e latínicas. E o latim aparecia normalmente no receituário dos clínicos, indicando água como veículo, na quantidade *quantum satis*. Receita de médico às vezes lembrava oração de padre — e talvez por isso curasse. Pouco se falava em obstetrícia — e quase tudo se ignorava sobre laboratório. É claro que existiam as exceções, mas, na generalidade, se aos médicos de então despíssemos a cultura literária, lingüística, filosófica, pouco restaria, talvez, com que diferenciá-los dos curandeiros. A prática — o convívio com os doentes — é que lhes ensinava os sintomas. O ouvido e a percussão faziam o papel dos laboratórios de análise.

São Paulo, em 1918, não passava de pequena cidade em surto de progresso, com bondes ainda circulando pelas ruas de São Bento, Direita, 15 de Novembro, e casas atacadistas de fazendas e ferragens instaladas na primeira delas. E se não fossem os automóveis, vagarosos, incipientes e raros, competindo com toda sorte de veículos de tração animal, talvez nos julgássemos dentro do período imperial. Os bairros eram desertos e dormentes. E todo o movimento urbano se concentrava naquelas três vias centrais, ou seja no famoso “triângulo”. Superhabitados já existiam o Brás, o Bexiga e o Bom Retiro. Os outros, ou agasalhavam a pequena burguesia ou eram habitados pela aristocracia agrícola, que pri-

mava em edificar os famosos "palacetes" nos mais absurdos estilos. De raro em raro um bonde enchia a rua de barulho. O batido das patas dos cavalos nos paralelepípedos era o único som regulado da cidade, porque ritmado e ordenado. No mais havia o realejo, o vendedor ambulante de doces com a sua gaita de assopro ou os pregoeiros das frutas e das vassouras. E São Paulo dormia dentro do silêncio com seu sono perfumado de flores pelos cachos brancos das damas-da-noite.

Eram comuns as serenatas. E cachorros sem vaia lírica ou amores latiam para elas atrás dos altos muros dos quintais.

Velhas mansões dentro de grandes chácaras interrompiam ruas quase centrais, como a do Carvalho, nos Campos Elíseos, residência do Conselheiro Antônio Prado, tão aparatosa, com seu parque povoado por cervos galheiros, e apetrechada, que servia para receber, sem muitos retoques ou complementos, os reis da Bélgica, Alberto I e a rainha Elizabete, quando nos visitaram por ocasião do centenário da independência nacional. E Dona Paulina de Souza Queiroz, falecendo anos depois, ainda podia dar-se ao luxo excêntrico de legar em testamento, aos passarinhos, a sua chácara de dois alqueires com frente para a Pça. João Mendes.

É fácil compreender o espírito que presidia a essa sociedade. A irreverência ali não tinha lugar, embora já se começasse muito a medo e sem convicção a aprender a desprezar a importância aristocrática do passado, em nome da vulgaridade burguesa do presente.

E estas páginas de João do Rio em *A correspondência de uma estação de cura*, livro de 1918, descrevendo a chegada a Poços de Caldas da Marquesa da Luz — uma das personagens do romance — demonstra o valor que ainda se dava à importância social da nobiliarquia e o pouco que já se pretendia fazer dela:

"Hoje, porém, rebentou a notícia, que abre a grande semana: em comboio especial chega amanhã a família da Marquesa Viúva da Luz. Os criados não se contêm:

- Vossa Exa. já sabe? Chega amanhã a Marquesa da Luz!
- A Marquesa da Luz tomou três departamentos!
- Chegaram os cavalos de sela e os "chars-à-banc" da Marquesa!
- A Marquesa traz oito criados!

Os negociantes e as suas esposas sem a posição mundana da Marquesa estão num estado de inquietação curiosa". (*A correspondência de uma estação de cura*, pág. 55 — ed. de 1918).

Como seria possível, perguntamos nós, alguém escrever com simplicidade, serenidade, sem pedantismo, rebuscamento, numa sociedade em que os criados nos chamassem por Vossa Excelência? É difícil sermos naturais quando nos tratam acima do nosso gabarito. Em Portugal, até há pouco, assim se nos dirigiam os criados. Também não sabemos se lá, de um modo geral, já se escreve com naturalidade.

E como seria essa Marquesa da Luz, vista pelos olhos de alguém do seu meio? João do Rio nos explica pela boca de outro personagem:

" — A Marquesa Justina, disse-me D. Maria de Albuquerque (com aquele ar de não sei quantos séculos de sangue fidalgo, e já feroz no tempo de Albuquerque, o Terribile) é uma boa senhora. Muito simples, muito dada. O seu trem de vida não lhe tirou as suas boas qualidades"

Estas *excelentes qualidades* eram o *aplomb* e o ar distante, que permitiam à Marquesa da Luz circular, em plena República, entre os plebeus, com nobreza sem a nobre decoração imperial. E o escritor, neste mundo social de dois mundos que ainda não se havia misturado na composição de uma sociedade burguesa uniforme, que se apetrechava com tudo fabricado em série, ou se encastelava no estilo robusto do Prof. Francisco de Castro, ou decaía na forma literária plebéia d' *A Cigarra*, que, fazendo crítica literária do livro *Urupês*, assim se expressava:

"Conquanto alguns dos contos que constituem este livro, recentemente publicado, já tivessem aparecido em diários e revistas, fazendo a delícia de quantos cultivam e amam as belas-letas, o nome de Monteiro Lobato sempre tinha a propriedade de evocar a personalidade do escritor, pela sua feição combativa de nosso melhor, se não único crítico de arte.

Seus panfletos contra todas as monstruosidades artísticas que costumam brotar nos cérebros dos empreiteiros de belezas urbanas, davam a impressão dum caniço com que algum petiz despreocupado e sadio fosse derruindo, de sobre a superfície dum muro sólido, panos de reboco ordinário, a que o péssimo da argamassa bombeasse em rotundas protuberâncias e fendesse em taliscas aranhentas; fazendo surgir destas placas mal seguras da crosta, bandos pardos de carochas e lesmaços, que estonteava aquele banho de luz intempestiva...

A gente se não tinha esperança de ver um dia corrigido o vezo do mau gosto ornamental, ficava, ao menos, o consolo de averiguar que o muro era firme

e mantinha um prumo razoável, agradecia-se a Lobato o contágio do seu riso vivificante.

E em nossa memória continuavam sempre de par essas duas palavras: Lobato-crítico.

Entretanto eis que acaba de publicar-se um livro de Monteiro Lobato, que é quase uma revelação.

São vários contos originalíssimos, apanhados sem rebuscamento, onde quer que o viver mais ou menos sossegado da gente nacional oferecesse algum traço mais sacudido, pequenos dramas que o autor vestiu com o estilo tão seu, revelando-se portador da mesma forte estirpe que perpassara em Camilo, Fialho e Euclides da Cunha.

Dentre esses contos, que são magníficos todos, poder-se-iam destacar pelo mais acentuado da dramatização, como pelo vigor pictural do cenário, aqueles a que o autor denominou — *A colcha de retalhos* — *Faroleiros* — *Cho-pã*.

Fecha o volume, dando-lhe o nome, um estudo de psicologia sobre o caipira do sul do Brasil, um primor de observação, de verdade, de estilo, de cor, em que aquele comparsa da nossa evolução social (Jeca-Tatu) é posto no foco da verve ironizante do autor.

Fecha o volume não está bem, porque *Urupês* é desses livros raros que o leitor volta a folhear assim que chega à última página, abrindo-os aqui e ali para degustar as emoções que a primeira leitura lhe proporcionara”.

(*A Cigarra* 12-7-18).

Nesta linguagem falava hoje *O Lírio* de São José da Varginha. Naquele tempo falava assim *A Cigarra*, onde colaborava a flor dos literatos bandeirantes, como por exemplo Mário de Andrade, que se assinava então Mário Moraes Andrade. Aproveitamos para saber como poetava o Mário de então na *A Cigarra*, de 12-7-1918.

Anhangabaú

*“Fino, límpido rio, que assististe,
em épocas passadas, nas primeiras
horas do dia, à despedida triste
das heróicas monções e das bandeiras;*

*meu Anhangabaú das lavadeiras,
nem o teu leito ressequido existe.
Que é de ti, afinal? Onde te esgueiras?
Para que vargens novas te partiste?*

*Sepultaram-se os filhos dos teus filhos;
e ergueram sobre tua sepultura
novos padrões de glórias e de brilhos. . .*

*Mas dum exílio não te amarga a ideia:
levas, feliz, a tua vida obscura
no próprio coração da Paulicéia”.*

Este Mário de 1918 estava ainda a mil anos do Mário da Semana de Arte Moderna, em 1922. Éramos em 1918 uma época em busca de um estilo.

Os primeiros anos da República foram de transformação integral, uma vez que os espíritos não mais podiam se moldar à herança artística do passado, dentro de um mundo político diferente. Começavam a nascer os primeiros rebeldes. Era ainda um inconformismo sem diretrizes delimitadas, escapadas às regras propostas, como bem o demonstra esta crônica de Oswald de Andrade intitulada *Lanterna Mágica*, que ele, num estilo provinciano, já fala em transfiguração da pintura.

LANTERNA MÁGICA

a Mário Guastini
por Oswald de Andrade

Dois artistas da quinzena — A questão da personalidade na arte de escrever e na arte de pintar — O objetivismo idealista de Helios Seelinger.

Esta primeira quinzena fria de junho, farta em fogueiras e mastros pelos descampados do interior e pelas paróquias literárias da capital, deu a São Paulo a nota curiosa de um contraste — a exposição egotista de Helios Seelinger se fechava no dia em que surgiram nas montras das livrarias os primeiros volumes do *Nós*,

poema de Guilherme de Almeida, marcado já na capa pelo ferrão renascentista de Corrêa Dias.

Bom momento para se colocarem em exame dois exemplos que a aventura criadora de artistas diferentes de cidades diferentes, pôs aqui um ao lado do outro, na indagação da crítica e do mercado.

Helios Seelinger, nestas terras preguiçosas da América, enquanto São Paulo não fixa, na bruma propícia do seu ambiente cidadão, o tipo de Dante Gabriel Rossetti, tão londrino e tão pouco inglês (para que dele se possa dizer tão paulista e tão pouco brasileiro) Helios, dizia, é aqui o representante maior de uma corrente de alta significação moderna, e que ainda recentemente na Itália, atingia o egipcismo, nas ilustrações do livro *Fiabbe In Versi*, de Amalia Guglielminetti.

Bem que ficasse no pintor carioca a recordação naturalmente impressa na retina espantada dos tropicais, da primeira corrida pelas florestas, céus e mares do carnudo Doré — nele a visão esquisita e torturada das coisas domina os surtos maiores e às vezes produz raridades de gosto que não mais se esquecem.

Sou pelo desvio do artista da maneira sadia e pletórica de pintar monstros e mazelas — que, em vez de pôr esquálidos centauros e desgrenhadas agonias nos corredores do *Inferno*, fez dos quadros decorativos dessa parte do Dante, num cenário de maravilhas compiladas apenas o primeiro dia de desgraça de uma *troupe* pagã de pecadores e algozes — para o forte e rápido instantâneo cerebral do modelo que lhe reflita a própria personalidade.

Essa feição em que a individualidade grita, predomina e ferra a garra no sonho visto, ele a possui, ele a demonstrou, ainda agora na pasmosa gravura em tinta da *Onda*, essa feliz obra-prima, que meia dúzia de amigos do meigo mestre das *Espumas* lhe ofereceu por iluminura do volume a sair.

Helios vê e simboliza, apreende e transfigura. A sua escola, se hoje espanta, quem sabe se irá amanhã frutificar no sugestivo cenário de azul e de bruma da capital paulista, onde já existe, em noviciado, esse singular Di Cavalcanti — *ce*

morveux de Di. que apresenta para a minha sincera admiração as probabilidades maiores de vencer.

A personalidade, caso clínico em Zola, por super-abundância grosseira, não será com certeza *causa mortis* para artistas e poetas enquanto se mantiver numa linha plausível de educação e de gosto.

Mais arrojado e bizarro que Dante Gabriel os pré-rafaelitas de sua escola, impossível de crer-se. De mais angustiados que os Goncourt a trabalharem toda a vida no suplício da frase e na deformação do modelo vivo, nada tem havido.

Continua, no entanto, e parece até renascer num desaforo contra a descabelada balbúrdia naturalista, a glória dos gestos e das visões que temperamentos de sensitiva deslocaram de sua forma exata para os ver e reproduzir através do seu comentário comovido.

Eis, apesar disso, que no nosso meio tão restrito mas já pejado de ambições, e de audácias, aparece o fenômeno mais claro de objetivismo lírico — Guilherme de Almeida escreve trinta e três sonetos de amor que nós todos escreveríamos, se tivéssemos o seu talento, e uma mulher inspiradora.

Através desse límpido poema, que nós todos sentimos ser também nosso, nada de bizarro ou de confuso, de pessoal ou transviado — a vida apenas, no seu primeiro surto lírico, má e boa, colorida ou apanhada, risonha e soluçante.

É assim, que se bebe sem esforço, a haustos, a tragos longos, dessa linfa sentimental que desliza puríssima, com uma rápida sonoridade de cascata e sofrendo no seu fundo cambiante o contágio dos céus que reflete.

E se como emoção e fenômeno literário, *Nós* constitui um milagre de persuasão coletiva, é a mais perturbadora e meiga a forma em que vaza o poema.

Vem disso também a aclamação imediata que cercou o pequenino volume iluminado, a confirmar a previsão carinhosa do mestre da *Névoa*, e das *Espumas* que aqueceu primeiro os arroubos do novo poeta.

Nós, para os que tiveram a glória de perscrutar a sua fatura de renda, a sua lapidação de jóia, aparece curioso ainda mais, por ser obra de homem, cuja individualidade se exprime forte nos mais singelos pormenores da existência.

Guilherme e Helios Seelinger dão-nos trabalhos inteiramente diversos do feitio que aparentam. O moço poeta, subjetivista e voluntarioso, diferente dos outros, angustiado de dores somente suas e de cultos somente seus, escreve o calmo poema de todos. O pintor, igual e desprevenido, cuja individualidade se esfarela nos contatos de rua e de *atelier*, oferece a personalidade e a íntima cerebração a pincel.

Os versos de Guilherme e os quadros de Helios foram a preocupação carinhosa e o sonho bendito dos artistas da cidade nas manhãs de doze horas deste junho azul.

Aí temos o modelo estilístico de um escritor — Oswald de Andrade — que já naquele tempo era tido como de vanguarda. Dá-nos idéia de pássaro ainda implume tentando alçar o vôo, mas sem saber como.

Até o final da grande guerra, a República andou em busca de um estilo. As artes eram flores exóticas aqui tratadas em estufa. De nacional só possuíamos a nacionalidade de alguns artistas que pintavam paineiras e ipês ou casas de caipiras. Os Clodomiro Amazonas, Torquato Bassi, Oscar Pereira da Silva, tanto poderiam ser brasileiros como húngaros, uma vez que suas paisagens convencionais representavam com cores falsas, um Brasil sem alma. E Oscar Pereira da Silva andava pelos arredores de São Paulo de máquina fotográfica, fotografando o que julgava pintável, dando em casa o colorido que a imaginação julgasse mais conveniente. Na arquitetura, tínhamos o estilo coronelício nas residências de Ramos de Azevedo, mistura de todos os estilos. E com porão. Era ele suprema autoridade arquitetural. Heribaldo Siciliano construía neoclássicos pela Av. Paulista. O que se salvou, com personalidade, foi o que Du Bugrat nos legou como processo original de enquadramento do estilo colonial, cognominado na época "estilo pé-de-moleque". Haja vista a harmonia conseguida na associação da sua arquitetura com os painéis de Wash Rodrigues nas obras de arte da velha Estrada-do-Mar.

A falta de fixação estilística da arquitetura, da pesquisa do que fosse brasileiro, era encontrada em tudo o mais, e se, em 1918, Menotti Del Picchia publi-

cava *Juca Mulato*, de enorme repercussão, em 1920 dá a público *Máscaras*, poema lírico que poderia figurar em qualquer grande antologia de literatura estrangeira.

Com referência a essa obra, cumpre dizer ainda que aí aparece, pela primeira vez, o desenhista Paim, como ilustrador de livros. E, as suas ilustrações — aliás ótimas, pecam pelo mesmo defeito.

Por essa época, Martins Fontes nadava em plena apoteose do *Verão*.

Este desarranjo das coisas do espírito artístico se refletiam na vida social. E ninguém sabia como viver nacionalisticamente.

À tarde, por exemplo, tomava-se chá. Era horrível, suava-se, mas muito chique. Tomar chá! Às cinco horas faziam-se visitas à européia e tomava-se chá. Supervestidos, senhores pelintras, de colete branco, polainas de linho pérola, muito aparados, penteados e de bigodinho frisado, visitavam senhoras que, super-vestidas, os recebiam entre amigas no salão de visitas, todo atravancado de bibelôs, reposteiros, jarrões, mesinhas, cadeiras estofadas estilo Luís isto, Luís aquilo, com banquetinhas para se pôr o pé, vasos de plantas pelos cantos e piano de cauda com retratos. E tomavam chá. Tudo como se fazia lá na Europa.

Tomar chá era arte difícil, porque nos ofereciam ao mesmo tempo um guardanapinho todo rendado, engomadíssimo, a xícara de chá fervente — aliás uma chávena — e antes mesmo de que o mexêssemos com a colherinha para dissolver o açúcar, apresentavam-nos o prato de *petit fours*. E era difícil conciliar, com duas mãos, tantas operações diversas, sentados no bordo de uma poltrona estofada em seda ou tapeçaria cara. Equilibrava-se, com temor, aquele chá fumegante, que deveria ser bebido com desembaraço, sem assoprar, e com elegância displicente. E o pior, como dissemos, é que o chá valia por suadouro, e não nos sobravam também mãos para passar o lenço sobre a fronte umedecida ou sobre o pescoço — gesto este último jamais elegante.

A modéstia econômica da cidade não permitia a instalação de luxuosas confeitarias ou casas de chá. E como os hábitos aristocráticos do Império ainda eram tradição viva, as pessoas de prole ou que se julgavam assim, recebiam em

suas casas apalaçadas. Era de bom-tom não aparecer em público, ser recatado, camuflar maravilhosamente o exibicionismo. E as damas da alta sociedade mal se deixavam entrever à entrada da Ópera, quando, pela mão enluvada do cavalheiro, saltavam do *landau* fechado e penetravam no peristilo do teatro. Ou podiam ser entrevistadas, de longe, pelo vulgo, nas frisas ou nos camarotes dos teatros. Sim, porque nos bailes, estavam elas dentro da sua gente, gente da sua classe. Todos conheciam as moçoilas grã-finas de então, como Betita Nogueira, Maria Penteado, Sara e Judith Mesquita, Vera Paranaguá, Marina Sabino, mas de longe, quase jamais sem terem-nas visto. Sabiam da fama de seus *charmes* e dos seus chiques. A popularidade era de mau gosto, coisas de *nouveau-riche*; de plebeus arrivistas.

E comumente, nas casas de Higienópolis, requeria-se o traje a rigor para o jantar íntimo entre amigos.

Vivia-se à européia, posticamente. O essencial, de bom-tom, era demonstrar claramente, a autenticidade estrangeira, parisiense, dos nossos hábitos e do nosso trem de vida. Mas não tínhamos um *Bois de Boulogne* para fazer o curso, e o Parque Antártica, muito pequeno para isso, já começava a ser passeio da burguesia. Apenas às quartas-feiras, dia de trabalho, ficava bem ali aparecer. De mais a mais, a intromissão dos automóveis já principiava a desmanchar a distinção das carruagens de tração animal, aparatosas e lentas, que davam o ar parisiense tradicional às festas campestres. Aliás, a lentidão era uma característica aristocrática. E a burguesia industrial nascente, não podendo competir com o refinamento de hábitos daquela aristocracia treinada pelo longo convívio imperial, encontrava no automóvel um aliado para alteração dos hábitos ricos, fazendo surgir uma juventude mais esportiva que aquela que, vindo da tradição, começava a envelhecer.

Estes automóveis, intrometendo-se, criaram, três anos depois, a grande moda dos cursos na Av. Paulista, nas tardes de sábados e domingos. E com o automóvel começou o exibicionismo ricoço. Fortunas improvisadas vinham para a rua mostrar o seu resplendor no brilho metálico das suas viaturas. E o faziam por entre os autênticos grã-finos enciumados, de ascendência patrficia, que se juntavam mas não se misturavam.

Os automóveis ainda procuravam imitar as carruagens de tração animal. Havia-os com formatos de vitórias, abertos; fechados, como os landolés. Os mais aristocratas, em estilo de berlindas, traziam o banco dos passageiros completamente fechado dentro da *carrosserie*, com as janelas vidradas das portas pro-

tegidas por cortininhas, enquanto o chofer, no banco da frente, se apresentava completamente descoberto, como um cocheiro num assento de uma vitória, elegantemente fardado, e de luvas, tendo ao seu lado o ajudante, também uniformizado, cuja missão única consistia em abrir e fechar a porta, quando o carro parava, para que o passageiro descesse ou subisse. E desempenhava este trabalho elegantemente, perfilado, com a mão esquerda no trinco e a direita mantendo o boné sobre o coração. Faziam o curso Sara Pinto Conceição, na sua berlinda amarelo e preto, um dos orgulhos da cidade, Alberto Seabra com a sua encantadora filha, a então quase menina Ritinha, os Prados, os Chaves, os Amarais, os Souza Queirós, enfim a velha aristocracia rural. Uns atrás dos outros, em quatro filas vagarosas, o São Paulo rico se mostrava, indo e vindo, de um extremo a outro da Avenida. E se estes, com ar superior, além da riqueza exibiam, com orgulhosa modéstia, a certidão dos seus quatrocentos anos de vida, outros procuravam, ostensivamente, quebrando a harmonia tradicional da elegância discreta, com o pouco caso pelas regras convencionais da compostura aristocrática, demonstrar, na pujança dos *cadillacs* abertos, a sua escalada na vida com altivez do esforço pessoal. Assim, os de quatrocentos anos exageravam, realçando a etiqueta que os outros primavam em menosprezar, agindo em sentido oposto. Mas já começavam a diminuir o número dos bem-nascidos e a aumentar o império dos que "se fizeram por si mesmo".

Estes automóveis eram no geral de fabricação européia. E a indústria paulista recente, bem trajada, próspera, para ser vista e desobstruidamente ver os outros, lançava o *cadillac* conversível. Em automóvel assim, como se fora o clássico *landau* de estado, tirado por quatro cavalos, também por ali circulavam políticos eminentes. E ao cair da tarde, certamente vindo da Vila Kiriale, o Dr. Washington Luís, Presidente do Estado em perspectiva, de chapéu gelo, risonho e de cavanhaque, pela Avenida Paulista também transitava, sorrindo, tendo ao seu lado o Dr. Freitas Vale, que contente, solícito, sobre ele se debruçava certamente contando coisas jocosas. Naquele São Paulo pequenino e com o seu grande futuro entrevisto, o curso representava demonstração de força, e a sociedade, comprazendo-se em se rever ali antes do jantar no Automóvel Club ou no Hotel Terminus, mostrava-se à plebe num espetáculo gracioso de riqueza e elegância. Já possuíamos os nossos *playboys* precursores — os irmãos Amaral — companheiros do tio Edu Chaves, hoje circunspectos pais de família, certamente a condenar, muito justamente, o pleiboisismo dos rapazes de agora. Chico Ramos de Azevedo, de chapeuzinho do lado e chofer preto, fardado de branco, sentado ereto, ao seu lado, era uma tônica de elegância urbana com os seus automóveis de preço. Albertinho Seabra lançava a moda do calhambeque *Ford* — o *Volkswagen* daquela época. Carlos Zanotta Neto, muito loiro, era popular e invejado por seus

carros europeus de grande preço. E todo menino de família rica possuía um for-dinho de bigode, sujo, descapotado, arrelento — mas sem namorada. As meninas ainda não se metiam com rapazes como o fazem hoje. Havia “rapaziadas”, não imoralidade. E, se a polícia do Dr. Rudge Ramos condenava a atuação desarrazoada daquela juventude travessa, a sociedade acolhia-a com um sorriso benevolente de simpatia. E todos iam fazer algazarra no início da segunda sessão do cinema República, por volta de 1920, data aproximada da sua inauguração. Todo *playboy* que se prezasse ali compareceria deixando estacionado, à porta, o seu fordeco. São Paulo, por intermédio dos seus moços estrólinas começava a ter ares de grande cidade. E todo pai rico não encobria a satisfação de ter um filho trocista naquele meio em que todos se conheciam, se respeitavam e se estimavam.

São Paulo começava a ser a “metrópole tentacular” mas mantinha os ares de vilarejo, com casas residenciais de imensos jardins na Praça da República, na Rua São Luís.

Perdida nos reencontros da serra, afastada do mar, sua vida era própria. Seu crescimento foi devido exclusivamente ao poderio da sua energia elétrica fornecida pela *Light*. Pode-se mesmo afirmar que à grande empresa canadense se deve a exuberância paulista, fato que os nacionalistas hodiernos tentam negar.

Enquanto o carioca é expansivo e comunicativo o paulista, trabalhado pela serra, pelo frio, pela garoa, com a sua tradição de isolamento rural, sempre fez timbre em mostrar-se retraído, ensimesmado. Não possuindo a praia, que desnuda o homem física e espiritualmente, timbrava no luxo dos encontros sociais nos ambientes restritos da família ou dos círculos das amizades velhas. O único logradouro público geralmente freqüentado, como dissemos, numa procura de comunicabilidade social aberta, era o Parque Antártica, onde a alta burguesia ia espaiar-se. E as senhoras, pelo braço dos maridos, arrepanhando a barra das saias, compridas e múltiplas, de luvas, chapéus imensos de imensos enfeites, circulavam pelas alamedas ensombradas, ouvindo valsas vienenses, que a banda alemã, uniformizada, tocava no alto coreto em forma de chalé suíço. Os senhores tomavam cerveja, e as senhoras e crianças, *Sissi* (o guaraná de então), abancados em torno de mesinhas de ferro, tudo servido por garçons bigodudos, vestidos de calça e paletó de alpaca preta lustrosa, com um imenso avental branco amarrado à cintura, cobrindo as pernas. Tudo solene e vagaroso. E os casais, cruzando-se, cumprimentavam-se sorrindo, e os homens se descobrindo rasgadamente. As senhoras, mirando-se através do *lorgnon* — uma espécie de óculos com cabo — reparavam nas *toilettes*. E toda gente conversava banalidades, ou se falava da Europa.

A *cidade* — triângulo formado pelas ruas São Bento, Direita e 15 de Novembro — era, como ficou dito, o ponto vital da Paulicéia, o *centro*, onde fatalmente toda gente se encontrava. Tornava-se o lugar obrigatório de cruzamento para qualquer bairro da metrópole, e por onde circulavam os poucos automóveis e as carruagens de luxo puxadas a cavalo, ou os *dog-cars* dos *sportmen*, que não passavam de charretinhas pretensiosas fabricadas na Inglaterra. Marcando o compasso do trote, os cavalos destes veículos traziam, ao pescoço, guisos que tiniam ritmicamente e cujo som era distinguido pelos ouvidos femininos. E as moças, correndo pressurosas, disfarçadamente suspendiam a cortina da janela da sala de visitas para entrever o bem-amado, que, por sua vez, as adivinhavam ali escondidas.

Outras havia que notavam a aproximação dos eleitos também pelo som característico da batida, no calçamento, dos cascos dos cavalos, marchando.

Se as carruagens eram individualizadas, que diríamos dos automóveis?

A indústria automobilística, não obstante já velha de quase vinte anos, estava no seu início, e os automóveis de preço, não saindo ainda, como o *Ford*, de linhas de montagens, eram feitos um a um, manualmente quase, experimentalmente todos, e sabia-se onde o Dr. Walter Seng se encontrava, pela presença do seu *torpedo* aberto de *carrosserie* de chapa de cobre batido. Cremos que se tratava do único veículo no mundo que jamais foi lavado, mas sim posto brilhando com salmoura e limão como os tachos. E o Dr. Walter Seng foi fiel a este companheiro de rodas durante anos.

À hora do almoço, com o chofer muito teso e fardado, vindo da Escola Politécnica, subia a Rua de São Bento, em seu *Renault* aberto, verde cor de garrafa, de quatro assentos individuais, sem portas, atapetado de cochonilho vermelho, o Dr. Ramos de Azevedo. Moreno, cheio de corpo, com os olhos semi-cerrados, as olheiras túmidas, as pálpebras pesadas, usava mosca bem tratada. A papada, derramando sobre o colarinho duro e baixo, realçava o seu aspecto sereno, solene, majestoso. As mãos se apoiavam sobre o castão da bengala, que se mantinha presa entre as pernas, de pés cruzados, calçados de botinas pretas de elástico. Recostado ao espaldar, fitava um ponto perdido no espaço. O carro rodava vagarosa e importantemente ao ronronar compassado do motor de quatro cilindros. Sua Excelência, muito sério, muito visto, não via ninguém. Representava o modelo de como se devia andar de automóvel. E era muito chique imitá-lo.

À porta do Automóvel Club, na Rua Lfbero Badaró, já alargada mas deserta, atroada apenas pelos bondes que naquele trecho desabalavam, estacionava a Fiat vermelha do Dr. Antônio Prado Jr., o *sportman* rico, fino e popular da cidade. O automóvel, sabiam-no todos, fora construído especialmente, por sua encomenda, para transitar pelas inexistentes estradas do interior do Estado. Imitava um trole, sem capota, de rodas de mais de um metro de diâmetro, com a *carrosserie* desprovida de portinholas, o que facilitava a descida do veículo, para a abertura das porteiras das divisas das fazendas. Às vezes também ali se encontrava parada, por horas e horas, a sua *Rolls-Royce*, de *carrosserie* de madeira envernizada ao natural, com o cofre de motor de metal verde-garrafa, imitando toda ela uma lancha de corrida.

Tudo o que vimos expondo pode parecer sem ligação com Monteiro Lobato. Mas o nosso intuito é o de frisar o pequeno tamanho daquela vida na capital do maior Estado do Brasil. Imagine-se a Rua de São Bento de hoje e lembre-mo-nos que, em 1918, carroções de quatro rodas, puxados por seis burros, desembarcando caixotes de mercadorias para casas atacadistas de tecidos e de ferragens como a Martins Ferreira & Cia. ainda ali interrompiam, por largo tempo, o trânsito dos bondes.

Às tardes, a *jeunesse dorée* tomava absinto no Progrédior ouvindo música executada pela orquestra pendurada num coreto, junto ao forro do salão. O mesmo se dava no bar do Municipal, mas sem música. Os boêmios pobretões iam para o *Café Guarany*. E as senhoras burguesas degustavam sorvetes na *Brasserie*, na Pça. Antônio Prado. Às cinco horas da tarde, por uma combinação tácita, estas famílias batiam em retirada e viam-se substituídas pelas mulheres de vida aiçada, que ali, entre aboemados homens de negócios, de chapéu atirado para o alto da cabeça, rindo grosso, pilheriando alto, com elas tomavam vermute com casca de limão, gêlo e sífão. Era a hora do aperitivo pervertido da cidade.

Senhores do interior demoravam sentados pelos cafés de mesinhas de tampo de mármore e cadeiras austríacas, deitando olhares pasmados para as ruas, assombrados com o movimento. E pelo estado deserto daquelas vias é fácil avaliar-se como eram mortas as cidades do interior.

À noite, geralmente neblinava. Uma chuvinha ultrafina, quase névoa, que o vento fazia dançar no espaço, amortalhava a cidade, transformando os lâmpões de gás em focos de iluminação sem resplendor. E nas desertas ruas do triângulo, os carros e os tífburis de aluguel, ao passo sonolento dos cavalos, rodavam sem ruído à procura de fregueses por sobre o calçamento de paralelepípedos de madeira, importados da Europa. Aquele calçamento era um dos orgulhos da cidade.

Como os pedestres eram poucos, toda gente se conhecia, pelo menos de vista ou de nome:

“— Boa noite, senhor Coronel Lacerda Franco.

— Como tem passado senhor Dr. Plínio Barreto? Deixando a redação do *Estado*, pois não?”

“— Meu filho! Aquele ali é o notável Dr. Pujol.

— Ah! É aquele o Dr. Pujol!

— É. E o que está conversando com ele é o Dr. Mercado, do partido dissidente”.

E no bar *Stadt Coblen*, cuja especialidade era vender imensos queijos suíços, expostos sempre numa mesa redonda de mármore logo à entrada, coberto por um tecido transparente, o Dr. Júlio de Mesquita, até alguns poucos anos passados, numa assídua roda de íntimos, do qual faziam parte Bittencourt Rodrigues, Matias Valadão, José Maria Bourrol, tomava chope.

Se todas as coisas eram pasmaceiras, havia entretanto um sorriso despreocupado para o mundo. O sorriso da sociedade. E havia até sorrisos oficiais. E o Dr. Eloy Chaves, Secretário da Segurança Pública, sorria tanto, que se viu apelidado de “Dr. Sorriso”. Não se compreendia gentileza sem sorriso, cumprimento sem sorriso acolhedor. E Álvaro Moreyra, o romântico Álvaro Moreyra, lançava o seu livro consagrador *Um Sorriso Para Tudo*.

Também não havia por que não sorrir. Nada deixava de estar definido, tanto para os pobres como para os ricos. Sofrer era condição natural, lógica, legítima, irremediável de uns. Desfrutar a vida, no que ela tem de melhor, era função de outros. Na Europa existia a questão social. Mas os pobres daqui não iam ao Velho Mundo tomar conhecimento dela. E os ricos com ela não se preocupavam a ponto de trazê-la de torna-viagem, em suas bagagens, em forma de livros, ou no cérebro com a convicção.

Por isso todos sorriam. Uns conformadamente, e outros por prazer. E todos por obrigação, pois o sorriso era uma demonstração de boas maneiras.

Os que nos lêem terão razão em nos perguntar:

— Quer dizer que agora não há mais sorrisos?

— Há, naturalmente, porém não com o espírito daquele tempo. O sorriso de hoje é quase mecânico, funcional, uma vez que o mundo vive às claras demais para que alguém ache graça nele.

O sorriso daquele tempo além de complemento social, caracterizava uma idéia de natural contentamento. Tinha expressão bondosa, humilde, cheia de simpatia. Exteriorizava calor humano. Vinha isso talvez do tamanho pequeno do mundo em que habitávamos, onde a vida íntima de cada um era devassada pela comunidade.

Hoje isto não se dá, quando toda gente se conhece dos bares, das assembleias políticas ou culturais, na maioria das vezes sem saber, sequer, se aquele amigo apressado de ruas, de intimidade de mesas de bar possui, ao menos, uma família ou se vê às voltas com problemas que o preocupem ou magoem.

E os bondes paravam, pelas ruas sem trânsito, tempão, à espera que velinhos galgassem com dificuldade os degraus do veículo, rodeados do sorriso benevolente, simpático, dos passageiros sem pressa.

O sorriso era então a arma de dois gumes: valia como acolhimento ou desinteresse. Quando alguém queria menosprezar a outrem, sorria. Donde se infere, que havia gradações de imposição de sorrisos.

Uma dama demonstrando pouco caso cumprimentaria com sorriso curto, misto de ironia e desprezo. Estenderia molemente o braço e jamais enunciaria um *muito prazer*. Mas, com ligeira contração de desdém no canto da boca, deixaria escapar, com voz firme, um “boa tarde”, em resposta à apresentação. Era um desprezo elegante, geralmente empregado para fixar gradação social. Havia até senhoras especialistas na maneira delicada e nobre, ou volúvel e vívaz de, em seguida, virar as costas ao apresentado. Para isto, como dissemos, havia um tipo de sorriso.

— E como seria este sorriso?

Só as damas poderiam explicar, visto que a sutileza maldosa é mais feminina do que masculina, e os homens sentem-na, mas são incapazes de encontrar palavras que a descrevam. O fato é que sorriam. No geral, porém, ninguém jamais, ao ser apresentado a outrem deixava de enfeitar toda fisionomia com aquele sorriso tão cheio de interesse, e não murmurasse um *ah! muito prazer!*, acentuando aquele “ah!” de modo que ele se incumbisse de deixar bem patente a satisfação do encontro, dando a entender até ser aquele conhecimento desejo velho,

resultante dos merecimentos notórios do apresentado. E um sorriso quente, afetuoso, de olhar doce, se transmitia no prolongado aperto de mão.

Tudo representavam solenidades, e havia tempo para elas. Fingidas talvez, mas o almejado era o exteriorização.

Os senhores deputados, cidadãos conspícuos e de real mérito, por serem escolhidos a dedo pela comissão do partido e eleitos pelos votantes de *cabresto*, costumavam, ao término das sessões, ao deixarem o edifício da Assembléia no largo da Assembléia, hoje Praça João Mendes, pararem à esquina, no Boteco do Totó, para um aperitivozinho de cachaça nacional. Tudo talqualmente hoje, em outras esquinas e outros *Totós*. Mas muito diferente dada a indumentária cuidada e a postura cerimoniosa, digna, da clientela. Trajavam fraque ou sobrecasaca, chegando mesmo a descerem ao jaquetão, portando, porém, bengala de castão de ouro e chapéu melão ou diplomata. E não apoiavam o cotovelo sobre o balcão, nem gesticulavam. Faziam roda. E quem os visse saboreando a abrideira, segurando delicadamente o martelo de pinga, com o dedinho-míndinho espetado, suporiam que degustassem *champagne*, no salão nobre do Conselheiro Antônio Prado.

Aparentemente estas coisas não passam de ridicularias. Entretanto são da máxima importância, porque marcavam uma atitude social com profundos reflexos em todos os setores da atuação humana.

No moral, por exemplo, a etiqueta agia como contenção. E não há dúvida que com ela se obtinha grande efeito, uma vez que nada mais se pode exigir da educação que o condicionamento dos defeitos da espécie humana. Aliás a etiqueta é que define as épocas, uma vez que os sentimentos são sempre os mesmos. *Tudo são modas* diria Machado de Assis — se é que não o disse realmente.

Quem delineia as modas do ambiente social são as classes diretoras, os políticos, os Príncipes de Gales de todo país. Os homens do poder é que ditam o modelo de procedimento. Os daquele tempo, opositores ou situacionistas, provinham da mesma classe social, uma vez que a lei eleitoral vetava a ascendência dos elementos indesejáveis, ou por outra, discordantes. Eram educados por um mesmo diapasão, que afinava, por sua vez, toda a organização social. Não havia a competição de classes. E quando algum humilde queria galgar as posições altas da burguesia, amoldava-se aceitando as suas regras de conduta. Daí a mesma cortesia ser comum a todas as camadas sociais. E isto fazia com que as mulheres do povo ou modestos empregados, fossem mestres de etiqueta e de afabilidade. Procuravam imitar os modelos, todos à mão nas casas apalaçadas. E o nosso mundo parecia tranqüilo, no que era ajudado pela pequena densidade demográfica.

No nosso livro *Quando Eu Era Menino* procuramos explicar, com o aparecimento do automóvel, muito das razões da alteração do tipo de vida daquele tempo. Seria longo repetir os argumentos ali expressos. A pobreza de confortos e a formação política da República de então moldavam os indivíduos de tal maneira, que até as mulheres mundanas, chamadas *raparigas*, imitavam as senhoras, diferenciando-se delas pelo exagero com que adotavam a moda e os costumes. Esta exageração porém delimitava-se por restrições impostas pelo comedimento. E o fato era possível, porque há comedimento para tudo, até para o descomedido.

O importante é realçar um traço de mentalidade provinciana de mistura com um colorido de importação européia. Assim, os nossos ricos iam à Europa por um dever social. Com o intuito de *aproveitar* a viagem por mar, lenta, dispendiosa, uma vez que levavam, além da família, até as mucamas e damas de companhia, demoravam-se longo tempo, mais de ano, às vezes, por lá.

E o que faziam na Europa? Estudavam? Instruíam-se em ciências aplicadas? Dedicavam-se às artes? Nada disso, no geral. Tomavam lições de esgrima, de tênis, de patinação. Frequentavam as corridas de cavalo, as estações de águas, os teatros, excursionavam, e faziam a vida social — visitando-se uns aos outros, geralmente instalados em apartamentos tomados ao mês, em Paris, dedicados todos a fazerem aquelas mesmas coisas.

De lá traziam a caçada à raposa, móveis de estilo, bricabraque, alfaias, com os quais apetrechavam casas europeizadas, que aqui construíam em Higienópolis, na Avenida Paulista e seus arredores. Importavam também cavalos de corrida e posteriormente automóveis. E com isto embasbacavam a plebe, e sobre isto conversavam no Automóvel Club. Os de maior dedicação nacional importavam gados e árvores exóticas, como se não bastassem as nossas.

Se assim procediam os fúteis aristocratas rurais, e, principalmente, os apatacados comissários de café, a Paris ia também buscar modelo o intelectualismo bacharelístico indígena. E o ideal, digno de cópia, era Fradique Mendes, personagem de *Eça de Queiroz*. Daí a idéia de que o homem superior deveria ser *dandy*, meio estróina, brilhante, fazedor de frases. Convinha ao cientista outra fonte, que não a França, uma vez que deverá ser um tipo quase anti-social. Seu campo material de aprendizado era a Alemanha.

Um moço estudioso, sério, inteligente e sensível de hoje, em dia com os problemas do seu tempo, não pode compreender como seria, intelectualmente, um seu parceiro de 1918.

A primeira grande guerra trouxe ao mundo a idéia da aplicação das leis sociais que os vanguardeiros apregoavam. Mas a Rússia estava muito longe e a Europa Ocidental procurava acomodar-se dentro dos dogmas do passado. As palavras dos escritores avançados chegavam aqui amortecidas pelo interesse nacional em não permitir que as coisas se alterassem.

Os efeitos da máquina ainda não influíam intensamente na vida econômica. O globo terrestre não chegara a ser esta bolinha, que o homem volteia em minutos. Não tínhamos, naquele tempo, onde *ali* era sempre muito distante, e insignificâncias representavam grandezas infinitas, uma idéia de conjunto das coisas como qualquer pessoa hoje possui. Quando se falava em Europa, queríamos nos referir a determinado ponto dela, a determinada sociedade, a determinados princípios. Hoje, quando nos referimos à Europa não enxergamos o homem, mas sim os problemas europeus em conjunto. Impossível ao moço hodierno preocupado com as questões humanas, abstrair-se do novo sentido da vida. Nós conhecíamos os problemas pela leitura. O socialista era um teórico, e o socialismo, motivo literário, porque literariamente entendíamos todas as questões que saíssem dos nossos costumeiros hábitos de vida. Toda a mudança era impossível e a grande revolução que conhecíamos, aprendida na História, a Revolução Francesa, não passou, para nós, de uma substituição de nobres. E isto porque havíamos nascido num Império liberal do qual a República fora uma continuação, e na qual, se não tínhamos o senhor Barão ou o senhor Conde possuíamos o Coronel ou o Major da Guarda Nacional, a quem se devia a mesma vassalagem de respeito ou amizade. E os conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade — impostos lá fora pela força — aqui, sob a égide da República, mais ou menos eram idéias correntes dada a cordura e a singeleza do caráter nacional.

Um moço de hoje pensa na política porque na política pensa todo mundo. Não pode se abster de meditar nas ciências, porque o progresso científico se tornou realidade palpável e não literária como era então. O jornal de cada dia nos traz continuamente novidades, que vão da derrogação de um princípio social à descoberta de novo conceito da Física. Quando tudo não passe de matéria desinteressante, para os beócios há todo o dia um modelo novo de automóvel ou de avião, a preocupar as inteligências elementares.

Nós, em 1918, ainda não tínhamos nada disso. Daí cada um fechar-se dentro de si próprio, e o amor ser o grande enigma da época. Em amar e em ser amado consumíamos o tempo, numa sublimação de sentimento de tal ordem, que todo e qualquer problema humano era por ele sobrepujado.

O amor! Praticamente um moço não vivia senão para ele. Casar era, para o bacharel, o primeiro desejo. A maioria das vezes, a primeira operação financeira.

O amor de hoje tem um sentido diferente, porque aos problemas de cada um se sobrepõem os de todos. E a mulher, vindo para as ruas, para os escritórios, tornou-se de ser irreal, inacessível, imaginativo, em companhia comum dos moços. A invenção da máquina de escrever, criando a profissão de dactilógrafa, permitiu o grande passo da libertação feminina. À máquina de escrever devem as mulheres o tratamento igualitário com os homens. Ganhando economicamente, perderam entretanto o valor do mistério que as envolvia. E hoje, num mundo de problemas financeiros em que vivemos, o amor é tratado como se fosse um deles, porque nada impede que os jovens se amem, sendo, como são, companheiros. Se são ou não correspondidos isto é questão secundária, porque sempre à mão terão alguém que os venha amar. E creio que já seja raro morrer de amores, pelo menos literariamente. E se há alguém que o faça, será por meio de versos concretistas ou nefelibatas, que de tão abstratos, não deixarão ninguém, nem a própria amada, perceber as intenções funestas. Em 1918, um poeta de boa família não teria pejo em afirmar, sonetisticamente, inteligivelmente, que se suicidaria por seu amor não ser correspondido. Hoje, até os sem-família se envergonhariam disso. Acreditamos que ainda se suicide por amor, mas nem um poeta confessará as suas intenções em poesia. Notamos que na juventude de hoje há pudor em mostrar fraqueza. Antigamente, no choro estava o forte dos nossos amores.

Os moços e as moças se encontram cotidianamente, quando não noturnamente, nas bibliotecas, nas oficinas, nos comícios eleitorais, na conversa íntima dos *Volkswagens*. Palestram, discutem, os seus e os alheios assuntos e ambos se interligam.

No nosso tempo, solitários, sem convivência feminina, com a incerteza da correspondência amorosa, fazíamos sonetos, e os recitávamos uns aos outros, abancados às mesas dos bares. No silêncio noturno das ruas, sem automóveis e ônibus, e mesmo sem transeuntes, recitávamos coisas tão tristes, que as próprias palavras vinham molhadas em lágrimas. E quando alguns de nós, mais arrouba-dos, sentíamos o coração transformado em vulcão a expedir lava, proclamávamos em verso, que desejaríamos transformar em nossa, a dor universal. Faltava-nos motivo outro de viver que não fosse o amor. Nenhum interesse mais forte nos preocupava a atenção.

E o pieguismo da subliteratura condizia com o pieguismo instrumental da orquestra popular — o violino, a clarineta, a flauta, o violoncelo — instrumentos que não tocam, gemem. E as gemebundas nênias dos poetas iam às maravilhas com a plangente dormência dos instrumentos de corda.

Um dia, a moda musical mudou para pior, com o aparecimento do tango argentino! E a nossa dor, de amorosos frustrados, aumentou ao som da concertina. A literatura mórbida, que vinha de cambulhada com o tango cantado, vestia modelarmente o nosso sentimento de subliteratos. Carlos Gardel, rufião desprezado pelas “Carmencitas de arrabal” passou a ser um intérprete dos nossos sentimentos, que só se saciavam com a visão das “espirais do fumo dos cigarros” e com a tonalidade verde-leitosa do absinto ou a presença “fatal de Sílvio Floreal”.

Vivíamos embriagados pelo absinto diabólico e nefasto.

— E que gosto tinha este absinto?

— Não o sabíamos. Nunca o havíamos bebido.

Aliás, o nosso ambiente não era o bar, inocente demais para aquela juventude perdida, arruinada, mas sim o cabaré — salão rodeado por mesinhas, onde se bebia, na companhia de mulheres que ali estavam contratadas para dançar e completar o ambiente de perdição que, sem elas, que eram “da vida”, teria feição familiar. No palco, atuavam duas orquestras; uma violínica e outra concertínica. E enquanto ambas plangiam a seu turno, miando coisas doloridas, nós, semideitados sobre as mesas, indiferentes à companhia das profissionais abancadas ao nosso lado, chorávamos reciprocamente, em versos ou em poemas em prosa, as nossas dores, que — oh! tragédia humana! — não possuíamos. E Flávio Pires de Campos, companheiro de dor, compunha o

Poemas da Alma Grande dos Vagabundos

*Ó tu que vagas, noite alta, pela rua
que tens o olhar encantado
do brilho baço dos astros soturnos. . .
Ó tu, que nesse andar despreocupado,
vais enriquecendo a sonora alma tua
da orquestração sublime dos noturnos. . .*

*Ó tu que escondes, no teu todo de vagabundo,
a maravilha das maravilhas do mundo. . .
que sentes e compreendes o amor do universo,
responde:
Já fizeste um verso,
um só, único verso, que, por onde
passe, deixe os ninhos todos cantando,
a terra toda enlevada, os astros todos chorando?*

*Vem comigo, então, silente amigo
e ao mundo todo contemos, a toda a gente:
Só não compreende um verso, só não o sente,
quem não percebeu que, quando
passa cantando um verso,
à sua passagem se ajoelha todo o universo,
e, contrito, vai rezando,
porque, dentro de todo o verso,
porque, dentro de qualquer verso,
passa, ensangüentado, um coração chorando! . . .*

Nós, os moços daquele tempo, éramos assim — piegas, cretinos e sublimes!

Talvez muito da amargura que sentíamos pelo desordenado das nossas paixões, era físico, e provinha das roupas apertadas, do *pince-nez* estrangulante, do colarinho duro, da palheta duríssima que marcava a testa e do sapato fino de bico comprido, que o almofadismo indumentário nos obrigava a vestir, pelo dever da moda. Aliás já houve quem dissesse que a largueza do pensamento grego resultava da comodidade ampla da toga. Os nossos paletós de então nos apertavam a cintura e nos estofavam o busto como se tivéssemos seios, e se poderia dizer que as calças, de tão justas, eram como bainhas recobrimdo espadas.

Outro traço característico da época era a ausência de brasilidade do nosso sentir. O Brasil não servia à nossa dor. Verlaine, Baudelaire, nos compreendiam. A literatura sofria a influência de Jean Larrain e Oscar Wilde. Todo mocinho sabia que a natureza imita a arte. O nosso modelo literário tupi-guarani era João do Rio, com seu dandismo importado.

Se ainda ao menos tivéssemos o amor forte pelos esportes. . . mas o esporte era incompatível com a doença literária, toda lírica. Havia o futebol, prati-

cado, a nosso ver, pelos brutos, insensíveis, incapazes de compreender Rimbaud. E naqueles cabarés, enquanto sofríamos imaginativamente, no palco, espanholas gordas, batendo os tacões, vibrando as castanholas, contavam coplas furiosas. Portuguesas — ai meu menino Jesus! — miavam fados sentidos, que contrastavam com seus físicos carnudos e faces sangüíneas. Francesinhas, devidamente tuberculosas, surgiam também, diáfamas, envolvidas em *écharpes*, falando em voz rouca, músicas que deveriam ser de prostíbulos. Ninguém percebia o significado dos versos, porque jamais aparecera alguma delas com voz que sobrepujasse o tocar discreto da orquestra. E todos nós sabíamos da existência das *pernas espirituais* de Mistinguette, que ainda por aqui não aparecera. Artista nacional, nenhum ou nenhuma. E o *cabaretier*, animador da noitada, era sempre um francês avelhantado, com a brancura dos notívagos, e fisionomia decadente, aqui tresmalhado, cujo entusiasmo não ia além de anunciar o número da *chanteuse internationale* e pedir ao público, quando a música findava, *un cri d'admiration* que ele mesmo dava, seguido de um bater morto de palmas, que terminava por um correr de todas as notas do piano, do grosso para o fino, e um bater de pratos e bumbos da orquestra.

Na realidade, o país já começava ali a comparecer pela voz do flautim repinicando o maxixe de parafuso, pernóstico, acafajestado, malandro, molemolente nos rodopios, imoral no aconchego, preto no ritmo. Mas era número de profissional, cansativo demais para a capacidade física daquela mocidade educada ao som da valsa francesa e do choro nacional.

Dançar, isto que as crianças hoje já nascem sabendo de tanto ver na televisão, no cinema, em toda parte, aprendia-se no curso de danças de Mme. Poças Leitão. Toda a alta burguesia daquele tempo aprendeu a dançar com ela. Os rapazes, já latagões de seus 18 anos para cima, raramente apresentavam predisposição terpsicória. Eram duros, e um dos grandes empecilhos consistia em aprenderem a virar pela esquerda. Alguns se restringiam a especialidades: instruíam-se na valsa por exemplo, mas não sambavam. E mesmo já avançados nos cursos terminiam os bailes, porque poderiam convidar para uma contradança uma senhorita e a orquestra tocar um tango argentino, quando ele era capaz apenas de dançar a polca. E o fiasco era irremediável, dada a pouca familiaridade existente entre moças e rapazes.

Por causa desta cerimônia havia jovens tão delicados e de tão doce falar, que não tratavam as moças por *senhorita*, mas sim *senhorinha* visto que o *você* era empregado apenas para as primas ou as íntimas das irmãs.

E era comum o comparecimento àquele curso de senhores já trintões, que haviam se esquecido, ou contidos pela timidez, de aprenderem a bailar.

lam para o curso com o intuito de se aperfeiçoarem na única arte que permitia então um convívio maior entre homens e mulheres. Na realidade, o que aqueles madurões pretendiam não era iniciar-se na valsa, mas sim no casamento. E a valsa era um meio câminho andado.

Oh! Tempos difíceis aqueles em que nós do sexo forte tínhamos pudor!

Vingávamos, porém, sonetando, poemando, com audácia, desejando, à luz crua das lâmpadas dos notívagos, cobrir de beijos, desnudas — ou nem tanto — semidesnudas, aquelas Mariquinhas todas enlaçarotadas, engomadas, que no curso da Mme. Poças Leitão nos pisavam os pés na aprendizagem difícil da arte coreográfica.

Aliás, do conceito de arte popular só tínhamos a do cafajestismo capadócio. De nacional só ouvíamos falar, no assunto, dos bailes da "Flor do Abacate", do "Ameno Resedá", cariocas e das suas implicâncias. E quando o nacional aparecia nos números de teatro, ou era na forma ridicularizada do caboclo, ou risível do cafajeste.

O saudável, o forte, nos repugnava como traço inconfundível de materialidade. O intelectualismo ainda exigia olheiras, amarelidão das faces. A tortura subjetiva devia transparecer no físico. Naquele mundo postiço, o sofrimento era o desejável — desde que postiçamente — éramos falsos e convictos.

Um dia — oh nefando dia! — logo após o aparecimento de Monteiro Lobato, nas orquestras se instalou o trombone de vara! E o ruído ensurdecedor do *jazz* encobriu a sonoridade dolorida e nobre dos nossos poemas. Ficamos desarvorados. E, conosco, toda a nossa subliteratura. E a literatura verídica, a verdadeira, teve que ir buscar nascente em outro manancial, uma vez que é inegável a conexão existente entre a literatura e a subliteratura. E esta, com a música popular.

O aparecimento do *jazz* coincidiu com a decadência da literatura passional, formal e piegas. O *fox* derrota o almofadismo, torna difícil, incômodo, o uso do *pince-nez*, e a moda dos mocinhos cloróticos, sonhando com argentininhas, francesinhas, morfina e absintos. Impossível o pieguismo com a risada debochativa do saxofone.

Como dissemos, já possuíamos àquelas alturas uma boa literatura. Havia bons escritores. Toda gente o sabe. Mas não bastava que os tivéssemos e fossem lidos. Os bons autores não exerciam influência, não modificavam as correntes literárias dominantes, aferradas ao modelo passado, pretensioso e formal do parna-

sianismo, e mesmo vácuo entre a gente séria, e a dos moços — desarvorada num lirismo morbígeno.

É precisamente nessa ocasião que aparece Monteiro Lobato falando de Jeca-Tatu, de amarelão, de mentira eleitoral, descrevendo numa linguagem literária nova, legível, coisas que até então nos pareciam impossíveis de serem condignamente literatizadas. Falava-nos de fatores positivos a nós, habituados a interligar a palavra *nacional* com as arengas condoreiras de Rui Barbosa, versando a Liberdade, a Justiça, o Direito, imponderáveis, que serviam a nossa mentalidade dispersiva sem base, e não colidiam com a nossa dor literária de amorosos permanentes.

Ficamos surpresos e confundidos. E conosco todos os que sabiam ler.

Lobato, com a sua linguagem comedida e descomedida, educada e deseducada, formal e informal, ridicularizava aquele mundo conservador que findava e nos mostrava o novo, pré-revolucionário, industrial, que surgia.

Dentro daquela sociedade onde todos eram posições, ele emergia natural, com uma multiplicidade de indivíduos dentro de si, sintonizando um almejo geral, admirado pelo pessoal d' *O Estado* — que representava o melhor da oposição — e pelo *Correio Paulistano*, órgão conservador e situacionista. Era um Eça de Queiroz que aparecia em nosso meio e que nos falava, com estilo literário, a linguagem positiva dos fatos. Agradava a gregos e troianos — porque em 1918, com Coelho Neto vivo, ainda existiam gregos e troianos.

E a novidade literária lobatiana estava na sua seriedade objetiva. Versava problemas nacionais, dentro do conto e da crônica. Não fazia literatura pela literatura. Trazia uma mensagem. Era um homem sério a discreter sobre fatos sérios, numa linguagem literária nova, escorreita, camiliana a princípio, abasileirada depois. Representava uma novidade no campo das letras. Condizia com o mundo positivo que surgia depois da guerra, e cujo conhecimento começava a chegar até nós. Com ele morria um humanismo retórico e inconsistente. Era um precursor. Mas precursor, que nascia velho para o combate, com a sua arma de guerra experimentada por longo tirocínio oculto por anos e anos, como nos vieram a mostrar as cartas a Rangel, hoje no domínio público, porque publicadas no volume *A Barca de Gleyre*.

Lobato valia como uma sinfonia de abertura nas letras pátrias, pois foi o primeiro escritor a ser popular como escritor de primeira linha. Todos os grandes nomes da literatura brasileira circularam, até então, entre as elites. Lobato, embora vazasse a sua prosa dentro dos mais puros cânones literários, teve o con-

dão de ser lido por toda gente, e não admirado, como as nebulosas intelectuais, apenas, *por ouvir dizer*. Nenhum escritor, mesmo Rui Barbosa jamais fora lido pelas massas. Lobato desceu ao vulgo e doutrinou.

Escreveria, por acaso, melhor do que Machado de Assis? Não se trata disso. O seu grande achado foi o brasileiroismo dos problemas que abordou. Foi um vanguardeiro do mundo econômico positivo em que vivíamos. Deixou de lado as idéias abstratas. E, pela primeira vez no Brasil, se falou a linguagem utilitária, que o povo necessitava ouvir para se orientar no caos das idéias, em que o intelectualismo se perdia. Não cuidava ele das transcendentais liberdades políticas de Rui, ou dos requintes literários de Euclides da Cunha. Não vinha dizer poeticamente, que, "o sertanejo é antes de tudo, um forte". Mas vinha explicar, numa linguagem sem floreios lingüísticos, que o sertanejo era um doente, e apresentar os remédios para curá-lo. Falava em ferro, em petróleo, em instrução, coisas que o povo, por intuição, percebia e avaliava a importância. E pela primeira vez, os livros de um literato autêntico, de um escritor de escol, começaram a ter público numeroso.

E no panorama amaneirado, provinciano, do estilo de *A Cigarra*, ou do *estilo de cipó* de Euclides da Cunha, ou clássico de Rui Barbosa, ou helênico de Coelho Neto, fútil do João do Rio, parnasiano de Bilac — agrosseirado dos zolistas, precioso dos flaubertianos — surgia um escritor de síntese, que não adjetivava, e com dois traços ia firme ao âmago das questões. Era novidade escrever como ele o fazia. Numa linguagem nossa, patricia, da qual nenhum escritor ainda usara, escrevia sobre questões nossas, buscando temas de inspiração fora do aceito como insubstituível — a mulher.

A título de amostra comparativa com a que em 1918 ainda escreviam Mário e Oswald de Andrade, vamos transcrever o final do conto *Pedro Pichorra*, onde não só o diálogo, mas o próprio caboclo aparece com todas as suas características reais de físico e espírito, com arte e singeleza.

"Mas escureceu e, já perto de casa, vai senão quando a égua empina a orelha e passarinha.

— Égua velha passarinhos é saci! — sugeriu dentro dele o medo. E o menino retranzido viu de repente no barranco um saci de braços espichados, barrigudo, "com um olho de fogo que passeava pelo corpo".

— Nossa Senhora da Conceição, valei-me!

Assustado por aquele berro, o "olho do saci voou pelo ar, piscando". . .

.....

Pedrinho bateu em casa de cabelos em pé, olhos saltados. Agarrou-se com o pai, trêmulo, sem fala. A custo desfez o nó da língua.

— O saci, pai! . . .

— ?

— . . . P'ra cá da figueira . . . na curva . . . Barrigudinho . . . preto . . .
O pai deu-lhe água na cuia.

— Sossegue um pouco, menino.

E depois duma pausa:

— Você está bobeando, Pedrinho. Não há saci nestas bandas.

— Juro, pai! Por Deus do Céu que vi.

E contou a viagem por miudo, até à aparição.

— Altinho? Pretinho? indagou o pai.

— Pretinho era, mas chatola, barrigudo, assim que nem pichorra grande.

— Então não é saci, concluiu o velho, entendidíssimo em demonologia rural. E depois:

— Fedeu enxofre?

— Não.

— 'ssobiou?

— Não.

— Mexeu do lugar?

— Não. Só o olho. O olho andava e voava.

O caboclo refletiu um bocado, até que por fim uma idéia lhe iluminou a cara.

— Onde foi isso — p'ra cá do corguinho?

— É . . .

— No barranco?

— É . . .

— O olho andou e depois voou, piscando?

— Tal e qual. . .

— E o corpo ficou parado?

— Isso mesmo. . .

O velho clareou a cara e, desmanchando as rugas da testa, disse rindo:

— O que mais não se aprende neste mundo! . . . Sabe o que você viu, menino? Você viu o saci pichorra. . .

E mudando de tom, depois de refletir durante um par de minutos:

— “Quedele” a faca?

— P'ra que? perguntou o menino, desconfiado.

— Deixe ver, dê cá a faca.

Pegou dela e pô-la à cinta. E, ríspido:

— Vá dormir.

Pedrinho, compreendendo a degradação, ergueu-se com lágrima nos olhos.

— E a faca?

— Fica comigo. P'ra você, porquerinha, é canivete marca anzol ainda.

E com infinita ironia:

— Vá dormir, Pedro Pichorra! . . .

O menino recolheu-se, sacudido de soluços. O velho pegou do borralho um tição para acender na brasa viva o cigarro. Bafou uma fumaça com o pensamento no falecido sogro Chico Vira, o caboclo mais medroso da Estiva.

— Por quem havia de puxar o Pedrinho, pelo Chico Vira. . .

E assim o rebento masculino dos Pereiras do Barro Branco virou, por troca do próprio pai, o tronco duma nova família, essa Pichorrada que hoje põe a nota sepia da sitioca na verdura da Samambaia. Tudo porque a velha Miquelina havia deixado naquele dia a pichorra d'água a refrescar ao relento à beira do barranco, e um vagalume-guaçu pousara nela por acaso, justamente quando o menino ia passando. . .”

(*Cidades Mortas*, págs. 54 a 57, — 1910).

O nosso intuito com aquelas e esta transcrição foi o de mostrar que a Monteiro Lobato cabe a primogenitura da renovação da arte de escrever e de pensar no Brasil. Pelo menos o que soube impor essa renovação.

Foi um precursor. O precursor da “Semana de Arte Moderna”.

E a sua popularidade?

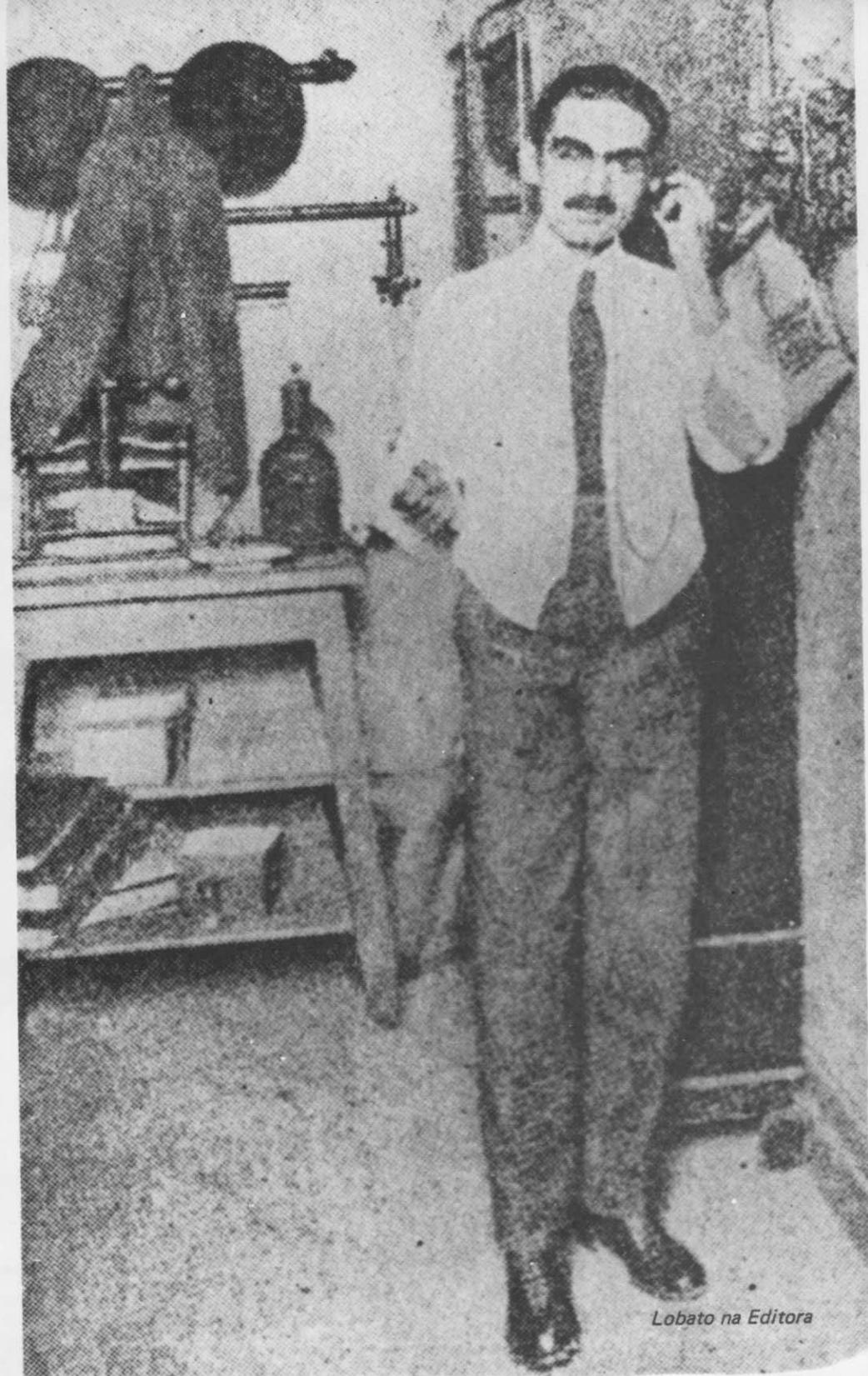
Encontramos no fato de ter sabido exteriorizar e pôr em prática aquilo que a alma humana encerra no seu recôndito: um múltiplo de sonhos.

E foi esse Monteiro Lobato, que se renovava diariamente nos páramos da fantasia, que brincava com as quimeras e as realidades como as crianças o fazem imaginativamente transmutando cabos de vassoura em cavalos, e caixas de fósforos em carruagens, que nós conhecemos num convívio maior de vinte anos, lutando como um D. Quixote moderno, que tenha imaginado Dulcinéia corporificada no devaneio do engrandecimento da sua terra por meio de iniciativas quase recambolêscas.

Foi o mais autêntico revolucionário que tivemos, porque nos mostrou horizontes que não vislumbrávamos. E, com isso, reformou o mundo em que vivíamos.

Seu gládio era a máquina de escrever. Foi um guerreiro que imaginou o bem-estar do seu povo por meio do enriquecimento do Brasil, procurando dar-

lhes petróleo, ferro e livros, porque, dizia, “o homem com o ferro e o petróleo se multiplica por mil e com o livro ele se torna um homem”. E, ao contrário de todos os sonhadores, dos que vivem no mundo do irreal, e são felizes, os sonhos só lhes trouxeram amarguras e dissabores. Sonhava, de olhos abertos para o seu torrão natal e seus irmãos de raça, muitos dos quais não souberam compreendê-lo e o combateram, descobrindo nos seus atos, que escapavam da medianidade das aferências, subalternidades que nunca tiveram. Vendo nas suas aspirações, que só eram falsas na medida do tempo, irrealidades que não possuíam.



Lobato na Editora

